



TEMPORALIZANDO ESPAÇOS MIGRANTES: possibilidades oferecidas pela história ambiental

Márcia Daniele de Souza Carvalho
Mestranda em História
UFG

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o movimento de migração de pessoas e grupos oriundos do Estado do Maranhão para Goiás, sobretudo as ressignificações culturais e identitárias ligadas à organização temporal e espacial de suas trajetórias. Neste trabalho, nos propomos a discutir a reaproximação da história com a ciência do espaço problematizando os principais pressupostos da *História Ambiental* onde avaliaremos as possibilidades de intersecções e diálogo entre o tempo e o espaço ressaltando as adjacências entre os pressupostos do conhecimento histórico com a Geografia. Com o objetivo de entender os fenômenos espaciais e temporais como é o caso do processo de migração de pessoas e grupos maranhenses para o Estado de Goiás, procuraremos compreender alguns conceitos pertinentes a Geografia com o sentido de temporalizá-los, tornando-os, dessa forma, pertinentes para o trabalho historiográfico. Neste trabalho nos ocuparemos do conceito de território e sua interação histórico-espacial. Para tal, ressaltaremos aspectos importantes das ressignificações identitárias dos imigrantes maranhenses no espaço goiano que permitem avaliar tais processos como fenômenos de territorialização estando estes associados às (re)criações de espaços festivos denominados como, 'radiolas maranhenses', que são ambientes onde acontecem reuniões festivas que reúnem os imigrantes que adotam o *reggae*, um ritmo jamaicano que no Brasil é associado a capital São Luís do Maranhão, como elemento aglutinador de diferenças e constituidor de semelhanças sendo um catalizador em um processo de (re)construção identitária que envolve também um processo de (re)construção territorial.

PALAVRAS CHAVES: Território; Espaço; História Ambiental.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo propor uma discussão entre o tempo e o ambiente, que não inclui somente o meio físico natural, mas também outras delimitações espaciais, como é o caso do território. Nosso objeto de análise se respalda no evento da migração do estado do Maranhão para o estado de Goiás, a partir deste fenômeno demonstraremos as possibilidades de diálogo entre as disciplinas de História e Geografia.

Nosso objetivo é demonstrar as possibilidades oferecidas pela História Ambiental problematizando a historicidade dos fenômenos espaciais como é o caso dos processos de territorializações que envolve transformações do homem no tempo. Nesse sentido, analisaremos alguns dos importantes aspectos dos processos de (re)significações identitárias dos imigrantes maranhenses no espaço goiano, que permitirá avaliá-lo como um fenômeno de territorialização



bastante discutido pela Geografia e que pode oferecer á História possibilidades de análises que envolve tempo e espaço.

Desenvolveremos uma breve discussão sobre a perspectiva ambiental da História destacando o surgimento deste debate na década de 1970 e sua ligação com os desdobramentos da pesquisa históricas iniciada pelos *Annales*. Em seguida analisaremos as proximidades e intersecções entre a História e a Geografia.

Discutiremos por fim, o fenômeno da migração, os processos de reconstrução identitária dentre os imigrantes e como podemos identificar nestes fenômenos de territorialização, variações de tempo que constitui o objeto central da História.

A HISTÓRIA AMBIENTAL

Os debates que compuseram os fundamentos da História Ambiental surgiram na década de 1970 acompanhados da emergência das discussões políticas acirradas movimentos ambientalistas que se propunham a construir alternativas para os problemas ambientais. Tais movimentos impactaram as sociedades mundiais de modo que as disciplinas acadêmicas se envolvessem com esta temática e comesçassem a desenvolver discussões acerca da temática ambiente.

A História Ambiental ofereceria á história possibilidades de análise que ampliaria os debates iniciados pelos *Annales* por Lucien Febvre e Marc Bloch que já se interessavam pelos fundamentos ambientais da sociedade e a geografia social (WORSTER, 1991, p.3). Em seu renomado trabalho sobre o mediterrâneo, Braudel apresenta sua contribuição às análises ambientais ao associar o tempo histórico, o qual denomina longa duração aos ciclos naturais. Identificamos, portanto, que os debates sobre o ambiente estiveram presentes em momentos significativos da história da disciplina.

Boa parte do material da história ambiental está disponível há gerações, talvez, há séculos, e agora está sendo apenas reorganizado à luz das experiências recentes. Esse material inclui dados sobre marés e ventos, correntes oceânicas, posição dos continentes em relação uns aos outros, forças geológicas e hidrológicas que criaram as nossas bases terrestres e aquáticas. Inclui também a história do clima e



das condições meteorológicas, e em que medida eles possibilitaram colheitas boas ou ruins, empurraram os preços para cima ou para baixo, puseram fins ou iniciaram epidemias, contribuíram para o crescimento ou diminuição da população (WORSTER, 1991, p. 4).

Sabemos que desde o advento dos *Annales* a história tem desdobrado suas dimensões, ampliado seus debates, seus diálogos externos, seus objetos e suas tipologias de fontes, a História Ambiental é um instrumento pertinente para fornecer instrumentos eficazes no sentido de ampliar as análises históricas apreendendo experiências até então, desconhecidas pela historiografia convencional, como é o caso, por exemplo, da história das populações negras das Américas, das populações indígenas, grupos de imigrantes nordestinos no centro-sul do Brasil.

A história ambiental abre uma nova indagação sobre o tempo, sobre as temporalidades que definem os processos ecológicos e as identidades culturais que se integram com os processos econômicos e tecnológicos que marcam o curso da história moderna. A história ambiental será o encontro de racionalidades diferenciadas para cuja abordagem a definição genética de ambiente como o campo das relações sociedade-natureza abre a porta dos estudos e suas complexas interações (LEFF, 2005, p.20).

A historiografia brasileira tem como desafio promover quebras de paradigmas no que diz respeito a ausências de narrativas que contemplem diferentes temporalidades, pois, apesar de os sujeitos anônimos terem emergido em detrimento aos heróis nacionais, no Brasil as histórias de grupos negros, quilombolas, indígenas, quilombolas permanecem silenciadas. Dessa forma, a História Ambiental, ao considerar as inúmeras diversidades temporais, fornece instrumentos importantes para os novos sujeitos e objetos da História.

A HISTÓRIA E A GEOGRAFIA

Analisaremos a migração considerando-a um movimento de deslocamento espacial envolve uma dinâmica temporal. Assim, podemos dizer que neste caso a sucessão de tempo acontece mediante as reconfigurações espaciais.

Consideremos que o espaço seja o “resultado da ação humana que expressa, a cada momento, as relações sociais que lhe deram origem” (MORAES, 1996, p.15). Do espaço chegamos ao território, pertinente para nossa questão-problema e para as discussões que intersectam as disciplinas de História e Geografia.



Primeiramente, consideremos problemáticas comuns entre ambas às disciplinas com a relação, humanidade/natureza. A História e a Geografia se distanciaram das considerações acerca da relação entre sociedade e natureza (HAESBAERT, 2004, p.53), história ao adotar uma dimensão mais cultural e a Geografia ao tentar fugir do determinismo geográfico. Não obstante, as relações entre homem e natureza são fundamentais para ambas as disciplinas, uma vez que:

Não podemos ignorar esse tipo de intervenção, pelo simples fato de que o homem, por mais que tenha desenvolvido seu aparato técnico de domínio das condições naturais, não conseguiu exercer efetivo controle sobre uma série de fenômenos ligados diretamente à dinâmica da natureza ou mesmo, com sua ação, provocou reações completamente imprevisíveis (HAESBART, 2004, p.53-54).

Da mesma forma, para os historiadores:

A história ambiental visa ressarcir o esquecimento da natureza na história (...) e em particular na concepção moderna de mundo e da produção material que desnaturaliza a natureza; que rompe suas inter-relações e ignora sua complexidade, convertendo-a em recurso natural (LEFF, 2005, p.23).

Uma série de disciplinas científicas, de práticas profissionais e de ações sociais vêm se "ambientalizando". Dentre elas, uma das mais atrasadas entre as ciências sociais é a história. Não somente por ter esquecido dos condicionantes naturais dos fatos históricos e colocado de lado a destruição da natureza gerada pela sua visão da supremacia do homem e das "ações humanas", mas também por ter se subtraído do seu objetivo de indagar o tempo (LEFF, 2005, p. 1).

Assim como Braudel (2011) um dos mais referenciados historiadores do *Annales* que trata da discussão sobre o tempo, podemos nos certificar novamente que, "chegamos a decomposição de uma história em tempos escalonados. Ou, se quisermos, à distinção no tempo da história, de um tempo geográfico, de um tempo social, de um tempo individual" (BRAUDEL, 2011, p.15).

Porém, nos deparamos com a permanência de lacunas nesta tal relação que necessitam ser trabalhadas com maior amplitude e melhor qualidade para que problemas relativos à história, por sua vez, indissociados da questão espacial, como é o caso das narrativas sobre migrações, ou diversas formas de organização espacial e temporal, sejam mais bem compreendidos, no sentido tanto de ampliar nosso entendimento acerca do real, quanto de colocá-las a serviço do aprimoramento de debates históricos.



TERRITÓRIOS E IDENTIDADES

Consideremos que a migração de pessoas e grupos maranhenses para o estado de Goiás seja um fenômeno territorial, dessa forma, colocamos nosso trabalho em diálogo com as pressuposições da Geografia que rompem com a barreira tradicionalista para pensar o território. Para tal, nos concentraremos no problema conceitual do território. Haesbaert(2004) nos apresenta algumas possíveis abordagens do conceito por algumas disciplinas além da Geografia:

Enquanto o geógrafo tende enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (...), a Ciência Política enfatiza sua construção a partir das relações de poder (...) a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (...) a Antropologia destaca sua dimensão simbólica (...) a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia (...) incorpora-o no debate sobre construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo (HAESBAERT, 2004, p.37).

Para simplificar e organizar nosso raciocínio acerca do conceito de território, atentaremos para algumas noções que nos oferecerão uma maior panorâmica do termo: a política ou jurídico-política que se refere a todas as relações espaço-poder institucionalizadas; a cultural, ou simbólico-cultural que prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva; a econômica que enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas. Porém devemos nos atentar que tais separações das concepções de território podem ser suprimidas uma vez que, “só poderia ser concebido através de uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões”, nesse sentido, devemos concebê-lo como um “espaço híbrido” (HAESBAERT, 2004, p.74).

(...) o território é o produto das relações desiguais de forças, envolvendo o domínio ou controle político econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados (...) como no mundo contemporâneo vive-se concomitantemente uma multiplicidade de escalas (...) vivenciam-se também, ao mesmo tempo, múltiplos territórios (HAESBAERT, 2006, p. 121).

Buscaremos compreender, portanto, a noção de territorialidade, que está ligada ao caráter relacional do território (RAFFESTIN, 1993), “a projeção de nossa identidade no território” (MESQUITA, 1995, p.83). Entendemos o território como sendo constituído e constituidor das “teias de significados” (GEERTZ, 1989, p. 14) que formariam determinadas culturas e comunidades.

ANAIS ELETRÔNICOS - ISSN 2238-7609



(...) a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens vivem, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas (RAFFESTIN, 1993, p. 158-159).

O conceito de território nos oferece também seus desdobramentos sendo instrumentos de compreensão de fenômenos como a globalização, mediante as intensas mudanças, as constantes instabilidades, os frequentes fluxos de pessoas, produtos, informação surgem os processos de (re)territorialização e (des)territorialização. “um refazer de territórios, de fronteiras e de controles que variam muito conforme a natureza dos fluxos em deslocamento sejam eles fluxos de migrantes, de mercadorias, de informação ou de capital” (HAESBAERT, 2006, p.122).

O território é, portanto, um elemento que rompe com a fixidez, assim como com a linearidade. Diante de sua característica de instabilidade, podemos afirmar que esteja em constante movimento sendo formado e desformado em determinados contextos. Podemos, então, afirmar que o território e a territorialidade são históricos.

OS ESPAÇOS IMIGRANTES EM GOIÁS

O reggae surge na Jamaica por volta da década de 1960 dentre a população negra dos bairros pobres da ilha, os chamados bairros de lata¹. O surgimento do ritmo está ligado ao rastafarianismo, um movimento religioso e político (RABELO, 2006, p. 7-18) que evoca a superioridade negra africana em detrimento do pensamento ocidental que coloca a Europa no centro do mundo. Nesse caso, existe não somente o deslocamento, na fonte do discurso, mas também nas construções do imaginário espacial de um grupo, o que poderíamos chamar de Geografia Imaginativa (HALL, 1996, p. 72, apud, SAID, 1985, p. 55). O continente africano surge no discurso dos rastafáris como um lugar de redenção, de origem e de retorno, a memória da

¹Bairros de Lata são habitações construídas à base de alumínio, localizados nas periferias jamaicanas onde concentram a maior parte da população negra, são espaços pobres marcados pelo desemprego e a violência. Foram nos bairros de latas que surgiu o movimento rastafári e por consequência o Reggae (RODRIGUES DA SILVA, 2007).



escravidão aparece junto à concepção de Diáspora, que seria tanto o movimento forçado para as Américas quanto às respectivas recriações culturais das populações negras.

Os elementos de (re)territorialização simbólica entre Américas e África são os principais panos de fundo para as canções do reggae, acompanhadas por ritmos em constante diálogos, que podemos chamar de Diáspora, em um sentido de (re)significações das populações negras das Américas e Caribe.

O movimento do reggae suprime os limites territoriais no sentido moderno, e, por volta da década de 1970 chega à região litorânea brasileira, primeiramente a capital maranhense, São Luís se torna a principal referência do ritmo que, assim como na Jamaica, se espalha dentre a população pobre e negra das palafitas e demais periferias ludovicenses. A cidade passa a ser chamada de Jamaica brasileira em alusão ao lugar em que se originou o ritmo. Por meio dos processos migratórios que se intensificam a partir da década de 2000, o reggae chega ao estado de Goiás dando início a um movimento identitário, cultural e territorial. As migrações nos colocam diante de uma das noções de território, a jurídico-política, que corresponde às fronteiras estabelecidas no sentido de dividir e subdividir os estados da nação.

Na Jamaica, o reggae é um identificador de um determinado grupo, a população negra das camadas populares, assim como o é no estado do Maranhão. A negritude, o sentimento de coletividade dentre indivíduos que teriam como laço comum o passado ancestral e as condições sociais desencadeadas pela permanência da colonialidade² em sociedades que foram formadas com a contribuição das práticas do “terror racial” (GILROY, 2001, p.98). Podemos afirmar que em ambos os casos estamos diante de um fenômeno de territorialidade.

O reggae é um elemento constituidor de identidades, como é o caso citado das populações negras jamaicanas e maranhenses, que o incorporam como forma de compartilhar

²A noção de colonialidade é trabalhada pelos intelectuais da clamada **Epistemologia do Sul**, a qual se propõe romper com os principais paradigmas do conhecimento eurocêntrico ocidental. A colonialidade do saber estaria imbricada à colonialidade do poder, a primeira estaria no campo do discurso que legitimaria práticas coloniais de dominação que, por sua vez, permanecem na estrutura das sociedades atuais, seriam estas práticas, o racismo, a xenofobia que coexistem às desigualdades econômicas características de um sistema também colonial, o capitalismo (MINOLO, 2007).



semelhanças e reconstruir um determinado passado que envolve espaços ou territórios distantes, porém, interligados, sobretudo pela memória coletiva. Podemos identificar esses fenômenos como constituidores de consciência do espaço ou consciência territorial (MESQUITA, 1995, p.84).

A consciência territorial é como a consciência do lugar, do locus da sociabilidade mais próxima vivida no cotidiano. (...) Elo de conexão com o universal, podendo ir além dos limites do espaço físico mais próximo, a consciência do território, é o locus onde se forjam os projetos de vidas individuais (...) integrados numa teia de sociabilidade mais próxima ou em redes que nos vinculem a outros territórios distantes, mas que ambas situações tornem possíveis outros projetos, embasados em valores e necessidades comuns (MESQUITA, p.89).

O reggae no Maranhão se relaciona a determinados espaços: é “coisa de negro que mora ali” (RODRIGUES DA SILVA, 2007, p.32). O ali aponta para os bairros pobres das periferias ludovicenses³ de onde o ritmo se associa à consciência de grupo ou de lugar; reggae em boa parte do Maranhão é coisa de negro, que o identifica e o utiliza como amálgama de trajetórias e forma de compartilhar experiências, sendo assim, um elemento identificador de um determinado grupo racial pertencente a uma determinada espacialidade. A consciência de grupo não é, portanto, dissociada da consciência territorial.

Falemos de territorialidades, ou redes, uma vez que, de tais processos surgem intersecções simultâneas com diversos espaços: das palafitas⁴ surgem as radiolas, que são os espaços onde as pessoas se reúnem para dançar, ouvir ou sentir o ritmo jamaicano em territórios maranhenses. É possível identificar em tais movimentos a formação de espaços não apenas físicos, mas também a construção de referenciais simbólicos associados a representações destes e de outros espaços, como é o caso da Jamaica e da África.

Nas radiolas maranhenses e dança o reggae jamaicano aos pares, uma incorporação local de um movimento pertencente a uma distinta espacialidade que passa a integrar à consciência desta outra territorialidade.

³Ludovicense é a denominação de pessoas nascidas em São Luís-MA.

⁴ Palafitas são construções sobre estacas de madeira edificadas nas margens do rio. Essas construções são, geralmente, habitadas pela população pobre e negra da capital São Luís, lugares marcados pelo alto nível de miséria, violência e vulnerabilidade.



Podemos, dessa forma, entender o reggae como um articulador das redes, uma vez que promove a intersecção de diversos lugares que, ao mesmo tempo em que se diferenciam em termos de distâncias, chegam, em certa medida, a se tornar único em termos de significados. É nessa forma que o encontramos em Goiás dentre indivíduos e grupos maranhenses.

A migração interna do Brasil está relacionada a um contexto semelhante ao vivido pela população negra jamaicana, a segregação, a exclusão, o racismo que desabilita um conjunto de indivíduos a se organizar diante das necessidades de sobrevivência. No Brasil, os traços de racialidade, as condições socioeconômicas se interagem na formação da territorialidade.

Os negros são numericamente minoria nas relativamente bem desenvolvidas regiões do sul e sudeste, onde vivem 57% dos 170 milhões de brasileiros, mas são maioria nas regiões menos desenvolvidas. O censo de 2000 revela que, de forma geral, 73% dos brancos, 54% dos pretos e apenas 37% dos pardos vivem nessas duas regiões” (TELLES, 2003, p. 164).

Juntamente às divisões territoriais jurídicas que separam os estados da federação brasileira, constatamos a existência de relações de poder que influenciam nos modos de organização de grupos historicamente marginalizados. As desigualdades subdividem territórios juridicamente estabelecidos, falamos acima sobre as periferias que são, no geral, caracterizadas pelo descaso do poder público estatal, onde são comuns a situação de miséria, desemprego e violência.

A permanência de elementos da colonialidade nas sociedades ditas ocidentais impede a mobilidade social de populações negras e faz com que estas habitem essas espacialidades formando territorialidades marginais. No movimento de rejeição a tais circunstâncias de marginalização, estão as construções e os (re)arranjos identitários, portanto, territoriais. Dessa forma, surgem territorialidades, como é o caso das radiolas no Maranhão⁵, e também do movimento migratório, como modo de reorganização espacial, no sentido de buscar

⁵Radiolas são sistemas montados com uma aparelhagem sofisticada, contendo várias caixas de som formando paredes nos clubes ou salões, são, geralmente, operadas por discotecários que nem sempre são os seus proprietários. As radiolas são contratadas para animar festas em vários pontos da cidade, assim como os *Sound Systems* da Jamaica. Por metonímia as radiolas são denominações dadas aos espaços onde são realizados os eventos que reúnem pessoas que apreciam e dançam reggae. Foram as radiolas as principais responsáveis para que o reggae se espalhasse, principalmente por todos os bairros de São Luís (SILVA, 2007, p.32).



oportunidades de sobrevivência em espaços distintos ao de nascimento, dando origem a outro processo de (des)territorialização e (re)territorialização que engloba não apenas o abandono e a chegada de determinadas localidades, mas também um processo de reconstrução do espaço do qual se atribui uma relação afetiva.

Podemos afirmar que as radiolas maranhenses na região metropolitana de Goiânia são uma forma de (re)territorialização, constatamos que, impulsionados abandonar suas cidades em busca de melhores condições de vida, os indivíduos em questão reconstroem parcialmente seus lugares de origem ao mesmo tempo que projetam de um lugar idealizado constituído em exílio. Através da convivência em um lugar distinto surge o sujeito maranhense, essa identificação deixa de ser meramente político-jurídica passando a representar o sentimento de solidariedade e comunhão, uma forma de aglutinar indivíduos de diferentes localidades do estado do Maranhão que passam a compartilhar um pertencimento comum.

As radiolas das periferias de Goiânia e cidades vizinhas são geralmente organizadas em ambientes rotativos sendo designados não apenas para as reuniões de reggae, mas também alugados para outros eventos musicais são as chamadas Casas de Show. Tais reuniões acontecem no período noturno quando montados paredões de caixas de som as quais são administradas por DJs que as operam através de cabines compostas por mesa de som, computador e microfone que é de onde se comunica com os regueiros. Nestas festas, assim como acontece no Maranhão, as músicas são dançadas aos pares ou em passos sincronizados, as canções, são, geralmente, gravações de músicos jamaicanos das décadas de 1970 e 1980. Tais características são uma particularidade apontada sobre o reggae do litoral brasileiro que se diferencia parcialmente do jamaicano em termos de performances.

A análise sobre a migração de pessoas e grupos do Maranhão para Goiás nos fornece elementos para pensarmos a pesquisa histórica para além dos muros disciplinares, uma vez que, para compreendermos processos de deslocamentos espaciais se faz inevitável o diálogo com a disciplina de Geografia, seus conceitos e suas categorias. Ampliamos, dessa forma, nosso campo de estudo tendo em mãos instrumentos que possibilite entender diversas temporalidades



que envolvem dinâmicas de territorialização, o tempo está relacionado ao antes e ao depois do deslocamento, o passado corresponde à cidade de origem dos sujeitos envolvidos, o presente é o agora, o que é vivido no lugar destinatário, neste caso, a Grande Goiânia. Os espaços das radiolas maranhenses podem ser identificados nesse caso como parte de uma tentativa de dar continuidade ao passado em um movimento de ressignificação cultural, identitária e territorial. Dessa forma, podemos entender o território como um agente histórico como nos aponta as proposições da História Ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos constatar que o Maranhão é (re)territorializado em Goiás junto a um processo de ressignificação identitária. Surge uma nova territorialidade, não exatamente igual ao lugar que passa a ser idealizado junto à esperança de retorno, que caracteriza os processos diaspóricos.

A Diáspora maranhense que constatamos no estado de Goiás envolve um processo de intersecção entre espaço e tempo, em vista que se trata de um movimento temporal que depende de um deslocamento espacial, o passado e o presente correspondem respectivamente o lá e o aqui, o antes e o agora.

Contudo, o trabalho de análise do movimento identitário dentre imigrantes maranhenses no território goiano pela história contribui para a aproximação mais efetiva da história com outras disciplinas, como o caso da Geografia, que oferece mecanismos de interlocução que podem ser responsáveis por uma maior ambientalização da ciência do tempo, no sentido de quebrar paradigmas que a distanciam de objetos e temas ainda inexplorados por seus agentes. Dessa forma, é imprescindível a abertura de um diálogo mais eficiente com alguns conceitos e categorias da ciência do espaço, como é o caso do território, tão debatido por diversas disciplinas das ciências humanas, porém, até então, não se encontra devidamente avaliado pela temporização dos objetos de pesquisa dos historiadores.

REFERÊNCIAS



BLOCH, Marc. **Apologia da história**: ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BURK, Peter. **O que é História Cultural**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1989.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Afiliada, 1989.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro**: modernidade e dupla consciência. Trad. Cid Kinipel Moreira. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. 2ed. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LEFF, Enrique. Construindo a história ambiental da América Latina. **Revista Esboços**. Florianópolis, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/383/9913>. Acesso em: jul de 2014.

MESQUITA, Zilé. **Do território à consciência territorial**. Porto Alegre: Universidade UFRGS; Universidade de Santa Cruz do Sul-UNISC, 1995.

MINOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. In: **Revista Gragoatá**. n.22, 2007, p. 11-41.

MORAES, Antonio C. R. **Ideologias geográficas**: espaço, cultura e política no Brasil. 3ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

RABELO, Danilo. **Rastafari**: identidade e hibridismo cultural na Jamaica, 1930-1981. 119 f. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SILVA, Carlos B. **Da terra das primaveras à ilha do amor**: reggae, lazer e identidade cultural. São Luís: EDUFMA, 1995.

_____. Os sons do atlântico negro. **Revista Brasileira do Caribe**. vol.8, n. 15, 2007, pp. 21-39.

TELLES, Edward E. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: RelumeDumará; Fundação FORD, 2003.



WORSTER, Donald. Por qué necesitamos de la história ambiental? **Revista Tereas**. CELA-Centro de Estudios Latinoamericano, Justo Arosemena. Panamá, R. de Panamá. 2004, pp.119-131. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/libros/tar117/worster.rtf>. Acesso em: ago de 2014.

_____. **Para fazer história ambiental**. Estudos históricos, vol.4, n.8 Rio de Janeiro, 1991, pp. 198-215.